

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12 DA SOCIEDADE ECS- EMPRESA DE COMUNICACAO E  
SEGURANCA LTDA EPP

CNPJ nº 00.405.867/0001-27



JOANA FIUZA DE ARAUJO SANTANA, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 08/06/1990, casada em SEPARAÇÃO DE BENS, ADVOGADA, CPF nº 088.619.264-10, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 7751577, órgão expedidor SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - PE, residente e domiciliado (a) no (a) RUA ARTUR MUNIZ, 147, APART. 501, BOA VIAGEM, RECIFE, PE, CEP 51111190, BRASIL.

LUSSANDRA MARIA VIEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 16/02/1975, SOLTEIRA, COMERCIANTE, CPF nº 878.884.914-72, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4525091, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - PE, residente e domiciliado (a) no (a) RUA FRANCISCO DA CUNHA, 70, APART.204, BOA VIAGEM, RECIFE, PE, CEP 51020050, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial ECS- EMPRESA DE COMUNICACAO E SEGURANCA LTDA EPP, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob NIRE nº 26200884982, com sede Avenida Governador Agamenon Magalhaes, 2375, Andar 1, Santo Amaro Recife, PE, CEP 50100010, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 00.405.867/0001-27, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**ENDEREÇO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à PC DOUTOR FERNANDO FIGUEIRA, 30, SALA 0604 EMP CERVANTES, ILHA DO LEITE, RECIFE, PE, CEP 50.070-440.

**OBJETO SOCIAL**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A sociedade passa a ter o seguinte objeto:

A SOCIEDADE TEM POR OBJETO O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO, EXECUÇÃO DE PROJETOS, SUPORTE TÉCNICO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO; DE SISTEMA DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS E PESSOAS; DE SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICO INCLUÍDO MAS NÃO SE RESTRINGINDO A ALARMES, CIRCUITO FECHADO DE TV E CONTROLE DE ACESSO; DE TELEFONIA; DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INCLUINDO CONSULTORIA, CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDES DE FIBRA ÓPTICA; DE SISTEMA DE TELEMETRIA; E AINDA DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS..

**CNAE FISCAL**

8020-0/01 - atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico  
6190-6/99 - outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente  
6202-3/00 - desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis  
6204-0/00 - consultoria em tecnologia da informação

Req: 81000000350038

Página 1

Certifico o Registro em 12/08/2020



Arquivamento 20209247347 de 12/08/2020 Protocolo 209247347 de 17/07/2020 NIRE 26200884982

Nome da empresa ECS- EMPRESA DE COMUNICACAO E SEGURANCA LTDA EPP

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 24344431985640

12/08/2020

http://assinador.pcs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwihSCA9GZx1FmI\_sbw&chave2=bivYHkOtZXwAGXcKi4FdLw  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01924306450-CLAUDIO PASSOA DO NASCIMENTO JUNIOR

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12 DA SOCIEDADE ECS- EMPRESA DE COMUNICACAO E  
SEGURANCA LTDA EPP

CNPJ nº 00.405.867/0001-27



6209-1/00 - suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação  
7739-0/99 - aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador  
9512-6/00 - reparação e manutenção de equipamentos de comunicação

**DA RATIFICAÇÃO E FORO**

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em RECIFE PE.

**CLÁUSULA QUARTA.** As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

**CONSOLIDACAO DO CONTRATO SOCIAL**

Em virtude de alteração procedida, as sócias da sociedade empresarial limitada ECS – EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA – EPP, que são Joana Fiuza de Araújo Santana e Lussandra Maria Vieira, resolvem consolidar o contrato social, que passa, devorante, a vigorar com a seguinte redação:

**ECS – EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA – EPP**

**CONTRATO SOCIAL**

**Artigo 1º** - A denominação da sociedade é ECS – EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA – EPP, adotara como nome de fantasia “ECS”, sociedade empresarial limitada regida pelo Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei número 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a ela se aplicando suplementarmente as normas derivadas da Lei das Sociedade por Ações, conforme o parágrafo único, do artigo 1053, também do Código Civil Brasileiro.

**Artigo 2º** - A sociedade tem sua sede e foro nesta cidade do recife, capital deste Estado de Pernambuco, com endereço social na PC DOUTOR FERNANDO FIGUEIRA, 30, SALA 0604 EMP CERVANTES, ILHA DO LEITE, RECIFE, PE, CEP 50.070-440.

Parágrafo único – A sociedade, por deliberação dos sócios que representem  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, poderá abrir filiais, agencias, sucursais, escritórios e dependências outras, em qualquer parte do território nacional, assim como no exterior, observadas as disposições legais pertinentes.

**Artigo 3º** – O prazo de duração da sociedade e indeterminado.

**OBJETO SOCIAL**

**Artigo 4º** - A sociedade passa a ter o seguinte objeto: A SOCIEDADE TEM POR OBJETO O EXERCICIO DAS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO , EXECUÇÃO DE PROJETOS ,

Req: 81000000350038

Página 2



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12 DA SOCIEDADE ECS- EMPRESA DE COMUNICACAO E  
SEGURANCA LTDA EPP

CNPJ nº 00.405.867/0001-27



SUPORTE TÉCNICO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO; DE SISTEMA DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS E PESSOAS; DE SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICO INCLUÍDO MAS NÃO SE RESTRINGINDO A ALARMES, CIRCUITO FECHADO DE TV E CONTROLE DE ACESSO; DE TELEFONIA; DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INCLUINDO CONSULTORIA, CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDES DE FIBRA ÓPTICA; DE SISTEMA DE TELEMETRIA; E AINDA DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS..

**CNAE FISCAL**

8020-0/01 - atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico  
6190-6/99 - outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente  
6202-3/00 - desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis  
6204-0/00 - consultoria em tecnologia da informação  
6209-1/00 - suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação  
7739-0/99 - aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador  
9512-6/00 - reparação e manutenção de equipamentos de comunicação

Parágrafo único: A participação da sociedade como acionista ou sócio quotista do capital de outra sociedade comercial dar-se-á por deliberação de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

**CAPITAL SOCIAL - PARTICIPAÇÕES**

**Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado e de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) dividido em 2.200.000 (dois milhões e duzentas mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real), tendo a seguinte composição: (a) a sócia Joana Fiuza de Araújo detém 2.198.000 (Dois milhões cento e noventa e oito mil) quotas do valor nominal e unitário de R\$ 1,00 (hum real), totalizando a participação de R\$ 2.198.000,00 (dois milhões, cento e noventa e oito mil reais) e (b) a sócia Lussandra Maria Vieira detém 2.000 (Dois mil) quotas do valor nominal e unitário de R\$ 1,00 (hum real), totalizando a participação de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**Artigo 6º** - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, sendo certo, no entanto, que todos os sócios respondem pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1052, da Lei Federal número 10406 de 10 de Janeiro de 2002.

Parágrafo Único – Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

**Artigo 7º** - O capital social poderá ser aumentado uma ou várias vezes, pela criação de quotas novas, com a integralização de dinheiro, créditos ou bens outros que não dinheiro, ou por qualquer outra forma prevista em lei, mediante a deliberação de sócios que representem  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social.

Req: 81000000350038

Página 3



Parágrafo Único – Até 30 (trinta) dias após a deliberação, terão os sócios preferência para participar do aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares.

## ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

**Artigo 8º** - A sociedade será administrada e gerida isoladamente pela sócia JOANA FIUZA DE ARAUJO SANTANA, sob a denominação de ADMINISTRADORA, a qual poderá praticar todos os atos de gestão social, independentemente de caução, admitida nomeação de procuradores.

Parágrafo Único – O sócio, sob a denominação de Administrador, usará a razão social para todos os atos da administração, sejam eles quais forem, por mais especiais que sejam, e para a sua representação ativa e passiva.

**Artigo 9º** - A defesa ao Administrador o uso do nome da sociedade em negócios, títulos ou contratos que não sejam considerados do exclusivo interesse da sociedade, sob pena de responsabilidade perante terceiros e perante a sociedade.

**Artigo 10º** - A sociedade poderá constituir procurador (es), com poderes específicos e expressos, determinando no mandato a duração máxima de 01 (hum) ano, exceto para prática de poderes ad judícia, quando o mandato terá a duração necessária a solução da finalidade nela prevista.

Parágrafo único – A sociedade, para a representação de que se trata o artigo 75, inciso VIII, do Código de Processo Civil, poderá constituir procurador, outorgando-lhe poderes para a prática de quaisquer atos que seja exigido a qualidade de representante legal da empresa, constando da procuração, dentro outros que venham a ser necessários, poderes para que o mandatário possa acordar, discordar, transigir, confessar e prestar depoimento pessoal na qualidade representante legal da sociedade em Juízo.

**Artigo 11º** - No exercício da administração, o sócio Administrador receberá, mensalmente, pro labore desde já fixado em até o máximo permitido pela legislação do Imposto de Renda, ou outra penitente, verba que será lançada a conta das despesas administrativas.

**Artigo 12º** - A sociedade não possui Conselho Fiscal.

## CESSÃO DE QUOTAS

**Artigo 13º** – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas em lei:

I – a aprovação das contas da administração, por sócios que representam a maioria absoluta do capital social;

II – a destituição do administrador por sócios que sejam titulares no mínimo de 2/3 (dois terços) do capital social;

Req: 81000000350038

Página 4

12/08/2020



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12 DA SOCIEDADE ECS- EMPRESA DE COMUNICACAO E  
SEGURANCA LTDA EPP

CNPJ nº 00.405.867/0001-27



III – a modificação do contrato social, por sócios que representem  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social;

IV – a incorporação, a fusão e a dissolução dos liquidantes da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, por sócios que representam a maioria do capital social;

VI – o pedido de recuperação judicial, por sócios que representa a maioria absoluta do capital social;

**Artigo 14º** – As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, exceto no tocante as matérias em que a lei ou o contrato estabelecer quórum diverso.

**Artigo 15º** – As deliberações dos sócios serão tomadas em Assembleias a ser convocada pelo Administrador da sociedade, respeitadas as formalidades estabelecidas em lei.

Parágrafo Único: Será dispensada a Assembleia quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação.

**Artigo 16º** – A Assembleia também pode ser convocada por sócio, quando o Administrador retardar a convocação, por mais de 60 (sessenta) dias, nos casos previsto em Lei, ou por titulares de mais de  $\frac{1}{5}$  (um quinto) do capital social, quando não atendido, no prazo de 08 (oito) dias, pedido de convocação fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas.

**Artigo 17º** – A Assembleia de sócio instalar-se-á com a presença, em primeira convocação, de titulares no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, em qualquer número.

Parágrafo Único – Os sócios podem ser representados, nas Assembleias, por outro sócio, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o Instrumento ser levado a registro, justamente com a ata.

**Artigo 18º** – A Assembleias será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.

Parágrafo Único – Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atos da Assembleia, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios participantes da reunião, quantos bastem a validação das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assina-la.

Parágrafo segundo – A cópia da ata autenticada pelo administrador, ou pela mesa será nos 20 (vinte) dias subsequentes a reunião, apresentada Registro Público de A Empresas Mercantis para arquivamento e averbação.

Paragrafo Terceiro – Ao sócio, que a solicitar, será entregue cópia autenticada da ata.

**Artigo 19º** – A Assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, com objeto:

Req: 81000000350038

Página 5



I – Tomar as contas do Administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico;

II – Tratar de qualquer outro assunto consoante da ordem do dia;

Parágrafo primeiro – Até trinta dias da data marcada para Assembleia, os documentos referidos no Inciso I, deste artigo, devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, a disposição dos sócios que não exerçam a administração;

Parágrafo segundo – Instalada a Assembleia, proceder-se-á a leitura dos documentos referidos no parágrafo antecedente, os quais serão submetidos pelo presidente, a discussão e a votação.

#### EXCLUSÃO DE SOCIO

**Artigo 20º** – O sócio que puser em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá ser excluído da sociedade, por justa causa, mediante alteração do contrato social, por deliberação sócios que representem a maioria absoluta do capital social, nos termos do artigo 1085 do Código Civil.

#### RECESSO E INACAPACIDADE DE SOCIOS EFEITOS

**Artigo 21º** – A apuração do capital e haveres do sócio que usar do direito de recesso, tiver sua incapacidade declarada, ou for excluído, será efetuada com base na situação patrimonial da sociedade a data do evento, verificada com base em balanço especialmente levantado para esse fim.

Parágrafo primeiro – o pagamento do capital e haveres a que se trata o parágrafo anterior, em qualquer dos casos ali mencionados, deverá ser feito em 12 (Doze) prestações mensais, sucessivas, atualizadas monetariamente, vencendo-as e a primeira 30 (trinta) dias após a liquidação da apuração de haveres.

#### FALECIMENTO DA SOCIA

**Artigo 22º** – Falecimento de qualquer das sócias, caberá a meeira e/ou sucessores a sua sucessão na sociedade, procedendo-se a substituição por quem direito, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Único: Enquanto não se formalizar a substituição, os resultados que caberiam ao pre-falecido serão contabilizados em nome do espólio, para posterior apropriação de sucessores.

#### EXERCICIO SOCIAL E RESULTADOS

**Artigo 23º** – O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo ser levantado o Balanço Geral da sociedade no dia 31 de dezembro de cada ano, com elaboração do inventário, do balanço Patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Req: 81000000350038

Página 6





**Artigo 24º** – Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei, e outras determinadas por quotistas que representem a maioria absoluta do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem.

## DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

**Artigo 25º** – A sociedade se dissolverá nos casos previsto em lei cabendo aos sócios eleger o liquidante, que poderá ser pessoas estranho ao quadro social, bem como determina a forma de liquidação.

Parágrafo primeiro – Não havendo consenso quanto a forma de liquidação, esta será processada judicialmente.

Parágrafo segundo – Os lucros e os prejuízos verificados na dissolução, serão auferidos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas.

**Artigo 26º** – Os casos omissos serão resolvidos com base na dissolução legais aplicáveis a espécie, esgotadas as tentativas de consenso.

## ESTIPULAÇÕES FINAIS

**Artigo 27º** – As sócias Joana Fiuza de Araújo Santana e Lussandra Maria Vieira, se obrigam, por si, seus herdeiros ou demais sucessores, a qualquer título, a cumprirem fielmente este contrato.

**Artigo 28º** – O Foro eleito para dirimir dúvidas e processar as ações derivadas do presente contrato e o desta comarca e cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, com renuncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou que venha ser, independentemente do domicílio ou residência atuais ou futuros dos contratantes.

## DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCRO E PERDAS

**Artigo 29º** – Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o Sócio Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios os lucros ou perdas apuradas

Parágrafo primeiro – por deliberação da maioria dos sócios a distribuição de lucro poderá ser qualquer período do ano a partir do resultado do período apurado.

Parágrafo Segundo – A distribuição dos Lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde aprovada pela sócia cotista.

**Artigo 30º** – Nos quatros meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberam sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

Req: 81000000350038

Página 7



As sócias Joana Fiuza de Araújo Santana e Lussandra Maria Vieira, acima qualificadas e no final assinadas, declaram, expressamente e sob as penas da lei, que não estão incluídas em nenhum crime legalmente previsto que as impeçam de exercer atividade mercantil e firmam esta declaração, junto com este contrato particular, para que produza os fins e efeitos legais, e estão cientes de que, no caso de comprovação de falsidade da declaração, será nulo de pelos direito este ato no registro do comercio, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitas pessoalmente, bem como das perdas e danos derivadas.

## ENCERRAMENTO

Estando, dessa maneira, justos e acordados, firmam este instrumento particular contendo a 16ª Alteração Consolidação do contrato social de **ECS – EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA – EPP**, todas de igual teor e para a mesma finalidade, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para a produção dos seus jurídicos e legais efeitos.

RECIFE, 4 de junho de 2020.

Tabelionato Figueiredo

JOANA FIUZA DE ARAUJO SANTANA

Tabelionato Figueiredo

LUSSANDRA MARIA VIEIRA

8º TABELIONATO DE NOTAS DO RECIFE  
Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho  
Tabelião Público

www.tabelionatofigueiredo.com.br  
Fone: (81) 3073-0800



Reconheço a(s) firma(s) por semelhança de:

[0245722] -- JOANA FIUZA DE ARAUJO SANTANA.....

[0179694] -- LUSSANDRA MARIA VIEIRA.....

Recife, 22 de Junho de 2020 - Em test. .... da Verdade.

FABIANA PEREIRA DE LIMA

Emol.: R\$ 10,12; TSNR: 1,64; FERC: 0,82; FERM: 0,08;

FUNSEG: 0,16; ISS: 0,42; Total: 10,54

Selo digital 0073783.BV006202002.04205 e

0073783.FFD08202002.00698



Consulte Autenticidade em: [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)

Req: 81000000350038

Página 8

12/08/2020



Certifico o Registro em 12/08/2020

Arquivamento 20209247347 de 12/08/2020 Protocolo 209247347 de 17/07/2020 NIRE 26200884982

Nome da empresa ECS- EMPRESA DE COMUNICACAO E SEGURANCA LTDA EPP

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 24344431985640





209247347

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	ECS- EMPRESA DE COMUNICACAO E SEGURANCA LTDA EPP
PROTOCOLO	209247347 - 17/07/2020
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

### MATRIZ

NIRE 26200884982  
CNPJ 00.405.867/0001-27  
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/08/2020  
SOB N: 20209247347

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20209247347

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 01924306450 - CLAUDIO PESSOA DO NASCIMENTO JUNIOR

Assinado eletronicamente por  
**ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES**  
SECRETÁRIA - GERAL

12/08/2020